

PODER

Antes favorito, Dino perde vantagem no STF

Episódio sobre o encontro de mulher de chefão do tráfico no Amazonas com secretários da pasta da Justiça e Segurança Pública minou o nome do ministro

» EVANDRO ÉBOLI
» LUANA PATRIOLINO

O nome do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, caiu nas listas de apostas para ocupar a vaga em aberto no Supremo Tribunal Federal (STF) e, segundo rumores que circulam nos Três Poderes, é pouco provável que retome a condição de favorito à cadeira antes ocupada pela ministra aposentada Rosa Weber. O desgaste que reduziu suas chances é a polêmica em torno da advogada **Luciane Barbosa Farias** — mulher de Clemilson dos Santos Farias, o Tio Patinhas, preso por tráfico de drogas e apontado como líder do Comando Vermelho no Amazonas —, que obteve audiências com secretários da pasta conduzida por Dino.

Apesar de considerarem que o ministro e seus principais auxiliares viram reduzir-se as possibilidades de ele ser indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ninguém se arrisca a cravar que Dino está liquidado na disputa. O que há, hoje, é o cálculo de uma relação custo-benefício para o governo. Na atual circunstância, caso o ministro seja o nome escolhido para a 11ª cadeira do STF, há sério risco de seu nome ser vetado pelos senadores. O Palácio do Planalto teve que engolir um dissabor semelhante com Igor Roberto Albuquerque Roque, cujo nome foi indicado para a Defensoria Pública da União (DPU). Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foi derrotado no Plenário do Senado.

O veto a Igor Roque foi em 25 de outubro e, dois dias depois, Lula deu a entender que não estaria disposto a correr o mesmo risco com Dino. Em um café da manhã com jornalistas, no Palácio do Planalto, afirmou que tinha dúvidas a respeito da função em que o ministro poderia melhor servir ao país — se na Justiça ou no STF. “Se eu falar para você o que eu penso do Flávio Dino, tenho medo que a manchete do jornal seja: ‘Lula tem preferência por Flávio Dino’. Então, tenho em mente algumas pessoas da mais alta qualificação política do país. Tem várias pessoas”, observou.

Lista

Ante a hipótese de o ministro da Justiça estar com um pé fora da disputa para o STF, voltam a subir de cotação os nomes do ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), o procurador da Fazenda Jorge Messias, e o do presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas. Até mesmo o nome do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), voltou a ser ventilado como alguém que seria do agrado do presidente da República e dos parlamentares. Messias, porém, está há mais tempo na lista e também conta com as simpatias de vários setores. Um deles são os evangélicos, uma vez que o ministro da AGU professa a mesma fé. A seu favor pesa, ainda, a proximidade com a ex-presidente Dilma Rousseff, que o teve como subchefe para Assuntos Jurídicos (SAJ) quando

Tom Costa / MJSP



Nas Listas de apostas para o STF, ministro teria perdido pontos que migram para Jorge Messias e Bruno Dantas

Convite e audiência

A audiência da advogada Luciane Barbosa no Ministério da Justiça e Segurança Pública foi conseguida pela ex-deputada estadual do Rio de Janeiro Janira Rocha (PSol), que é advogada e a atual presidente da Associação Nacional da Advocacia Criminal (Anacrim). A ex-parlamentar é conhecida do secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Elias Vaz de Aquino, que em entrevista publicada pelo **Correio** na edição de 14 de novembro, assumiu a culpa pelo constrangimento de ter recebido a mulher de um chefe de uma facção criminosa no Amazonas. Luciane também esteve no Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério Público do Amazonas (MP-AM) recomendou ao governo do estado que ela fosse excluída do Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura do estado.

esteve à frente do governo. Ele ficou famoso devido a uma interceptação telefônica divulgada pelo então juiz da Operação Lava-Jato e hoje senador Sergio Moro (União-PR). Na conversa de Dilma com Lula, ela o chama de



Se eu falar para você o que eu penso do Flávio Dino, tenho medo que a manchete do jornal seja: 'Lula tem preferência por Flávio Dino'. Então, tenho em mente algumas pessoas da mais alta qualificação política do país. Tem várias pessoas"

Presidente Lula sobre o ministro da Justiça, dois dias depois que o nome que indicou para a DPU ser barrado no Senado. O comentário deu a entender que ele não pretende correr o mesmo risco com Dino

“Bessias” por estar gripada. Messias, a propósito, foi um dos ministros a demonstrar, nas redes sociais, solidariedade com Dino no episódio da advogada casada com o chefe do CV no Amazonas: “Minha solidariedade ao ministro Flávio Dino, vítima de injustas e infundadas acusações. A verdade, além de libertar, sempre acaba prevalecendo”, publicou. O presidente do TCU, por sua vez, também voltou com força à disputa. Ele conta com apoio de ministros do STF e é visto com muita simpatia pelos senadores, uma vez que foram os parlamentares da Casa que o indicaram para a Corte de Contas, em 2014. Ele passou a ocupar a vaga aberta pela aposentadoria do ministro Valmir Campelo. Os partidos do governo, porém, não estão à parte nessa disputa. Naquilo que depender do PT, Messias seria o nome ideal em função do longo histórico

de relacionamento com a legenda e porque também seria uma forma de redimir Dilma Rousseff — uma vez que, à época do telefonema que veio a público, correu a versão de que o documento que ele entregaria a Lula para que assinasse seria para que não fosse preso pela Polícia Federal (PF), em função das investigações da Lava-Jato. Mas, se prevalecer o que pretendem PSB, PCdoB e outras siglas de esquerda que integram a base do governo, Dino continua no jogo. Senador eleito pelo Maranhão em 2022, ele é visto com um personagem que, até pela projeção que obteve à frente do ministério — e nos embates com os bolsonaristas na Câmara dos Deputados, que renderam vários memes favoráveis nas redes sociais —, poderia diminuir a influência e os espaços dos petistas no governo. **(Colaborou Fabio Grecchi)**

Confirmação de Gonet pode ser outro entrave

Depois de quase dois meses, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve indicar, nesta semana, o futuro comandante da Procuradoria-Geral da República (PGR). A probabilidade é que ele escolha subprocurador Paulo Gonet Branco para o cargo, que conta com o apoio dos ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

Ao destravar a indicação

para a PGR, os observadores da cena política enxergam uma manobra de Lula que, em tese, não seria favorável à escolha do ministro Flávio Dino, da Justiça e Segurança Pública, para o STF. “O Gonet é ligado a Moraes e a Gilmar. Nesse movimento, o presidente estaria fazendo uma sinalização para os dois. Então, ele compensaria a outra indicação (ao STF) com um nome para agradar o PT. Nesse caso,

seria Jorge Messias”, explicou o cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa. Gonet atua junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e foi dele o parecer defendendo a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro por ter usado o feriado do 7 de setembro do ano passado como evento da campanha à reeleição. Seu perfil é tido como conservador, por ser católico

praticante e contrário ao aborto. Além disso, ele demonstrou resistência à criminalização da homofobia pelo STF e foi voto vencido em decisões que pediam reparação para as famílias de vítimas da ditadura militar. Junto com Gonet, estão na disputa os subprocuradores-gerais Antonio Carlos Bigonha e Aurélio Rios — ambos teriam o apoio de alas do PT. **(LP, EE e FG)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Dois cenários para as relações com a Argentina

As relações entre o Brasil e a Argentina nem sempre foram pacíficas, como na guerra Cisplatina (1825-1828). Algumas vezes, foram até estreitas demais, como durante a Operação Condor, na segunda metade dos anos 1970, na qual houve estreita colaboração entre os órgãos de segurança dos regimes militares dos países contra seus opositoristas. Neste domingo, com o país dividido entre o anarco-capitalista Javier Milei (La Libertade Avanza) e o peronista Sérgio Massa (Unión por la Pátria), as conexões do Brasil com “los hermanos” novamente estão em xeque. O primeiro diz que não pretende ter relações com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que a Argentina sairá do Mercosul, se for eleito — o que praticamente inviabilizará o acordo do bloco com a União Europeia (UE). O segundo promete estreitar ainda mais os laços com o Brasil e fortalecer o bloco econômico sul-americano. Pesquisa divulgada pela AtlasIntel (10/11), a última divulgada em razão da legislação eleitoral, com 8.971 entrevistados, revelou que Milei aparece com 52,1% e Massa, com 47,9%. Em razão do último debate, no qual Massa, o atual ministro da Economia, surpreendeu Milei, analistas dizem que a diferença entre ambos reduziu.

Massa questionou de forma dura a eficácia das propostas econômicas de Milei, entre as quais privatizar a saúde e a educação públicas, deixar o comércio com a China exclusivamente a cargo do setor privado e “dolarizar” a economia. Vice de Milei, Vitoria Villarruel, às vésperas da eleição, radicalizou o discurso ainda mais ao afirmar que somente uma “tirania” pode retirar o país da crise.

A Argentina é o maior, mais importante e mais antigo parceiro do Brasil na América Latina, mas são relações tensas, com altos e baixos, desde sempre. Em 25 de junho de 1823, as então Províncias Unidas do Sul ou Províncias Unidas do Rio da Prata foram o primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil e seu regime monárquico, único em todo continente americano. O ministro Bernardino Rivadavia, porém, em carta ao primeiro chanceler do Império do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva, dizia que “queria tratar definitivamente da evacuação da Faixa Oriental”, hoje Uruguai.

Sete anos antes, em 1816, o atual Uruguai, chamado de Banda Oriental (Faixa Oriental), pelas Províncias Unidas do Sul, e de Província Cisplatina, pelo Brasil, tinha sido ocupado pelo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sendo incorporado ao território brasileiro. Entretanto, a Argentina, cuja Independência se deu em 1816, mas só teve o primeiro reconhecimento em 1821, justamente por parte de Portugal, entendia a ocupação como uma invasão do seu território. Não havia uma relação amistosa.

A diplomacia fracassou. D. Pedro I decidiu manter a margem direita do Rio da Prata, devido à importância estratégica e portuária de Colônia do Sacramento e de Montevidéu. Em 4 de novembro de 1825, a Argentina rompeu relações diplomáticas com o Brasil.

Em 10 de dezembro de 1825, Pedro I declarou guerra às Províncias Unidas do Sul, que durou até 27 de agosto 1828. A paz foi alcançada depois de três anos de combates. Com interesses estratégicos na região, a Inglaterra mediou o acordo, do qual resultou a criação de um estado-tampão: o Uruguai.

Tiro no pé

Deve-se ao presidente José Sarney, em 1985, um ponto final na secular desconfiança entre os dois países. Em muito contribuiu para isso a derrota argentina na Guerra das Malvinas, na qual o “aliado principal”, os Estados Unidos, apoiou a Inglaterra. Foi o embrião da integração regional, consagrada no Mercosul, hoje ameaçada.

O ponto mais alto da cooperação entre os dois países foi a abertura dos segredos nucleares, com a criação, em 1991, no governo Collor, da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

Urquiza, Mitre, Roca, Sáenz Peña, Justo, Perón, Frondizi, Videla, Alfonsín, Menem, Duhalde e Kirchner — cada presidente argentino teve sua própria política em relação ao Brasil, o que passou a ser uma característica estrutural da sua diplomacia, seja qual fosse o regime (democracia ou ditadura) ou crise econômica (inflação, crise, estabilidade, crescimento). Entretanto, a democracia e o crescimento econômico sempre favoreceram a parceria.

Desde a redemocratização de ambos os países, o pior momento das relações entre Brasil e Argentina foi durante os governos do atual presidente Alberto Fernandes, que desistiu da reeleição, e o presidente Jair Bolsonaro, que nunca se encontraram, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2022.

Entretanto, Fernández se reuniu com Lula seis vezes, a última na Cúpula do Mercosul, em julho. Agora, esse avanço nas relações subiu no telhado porque a eventual vitória de Milei porá tudo a perder em termos do acordo entre o Mercosul e a UE, além de prejudicar as relações comerciais com os dois países.

O maior projeto em curso é a construção de um gasoduto entre a reserva Argentina de Vaca Muerta, a segunda maior jazida de gás de xisto e a quarta de petróleo não convencional do mundo, até o Sul do Brasil, com financiamento brasileiro. Inviabilizar esse projeto é um tiro no pé.